

## BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A GLOBALIZAÇÃO<sup>1</sup>

Lauro Mattei

### 1 - Algumas definições conceituais

A globalização tem se tornado um tema recorrente nos debates entre determinados setores empresariais, nas agendas governamentais e nos meios acadêmicos. No entanto, é através dos meios de comunicação que o tema ganha maior visibilidade, apesar da imensa maioria da população, ainda, ter pouco conhecimento do seu real significado.

Nos meios de comunicação a globalização passou a ter maior destaque no final dos anos 80 e início dos anos 90, sobretudo após a derrocada do sistema econômico-político do Leste Europeu. No primeiro momento, o debate concentrava sua pauta ao redor do chavão da "Nova Ordem Internacional", onde o presidente do EUA, George Bush (1988/1992), foi um dos primeiros a qualificá-la de tal maneira.

Apesar de não ser um fenômeno recente da história do sistema capitalista, a globalização passou a significar a emergência de uma ordem mundial única, sob os ditames deste mesmo sistema, o qual passou a comandar todos os movimentos mundiais nas esferas da economia, da política, da cultura e da própria ordem social.

De modo geral, o que tem sido dito e escrito sobre a globalização é que ela representa um processo de interdependência ascendente entre países e povos nas suas relações produtivas, comerciais, financeiras, tecnológicas e culturais, cujo comando central é exercido pelas forças de mercado, de onde emerge um novo padrão cultural global plasmado pelos valores hegemônicos do capitalismo.

Neste sentido, a globalização que estamos assistindo é marcada por um processo de interação, não somente das órbitas econômicas e políticas, mas também pela participação decisiva dos meios de comunicação, através dos processos de inovações tecnológicas, os quais possibilitam que o mundo esteja interligado e em sintonia de maneira ininterrupta.

Ao analisar as perspectivas para o futuro, Umberto Eco (1993), ressalta este aspecto ao dizer que "este foi o século da comunicação instantânea, onde informações simultâneas em excesso, provenientes de todos os pontos do globo terrestre produzem um hábito e, assim, nosso século presenciou o triunfo da ação à distância(...). Para ele, "o século do triunfo tecnológico foi também o século da descoberta da fragilidade. Um moinho de vento podia ser reparado, mas o sistema do computador não tem defesa diante da má intenção de um garoto precoce. O século está estressado porque não sabe de quem se deve defender nem como: somos demasiados poderosos para poder evitar nossos inimigos. Encontramos o meio de eliminar a sujeira mas não o de eliminar os resíduos. Porque a sujeira nascia da indigência, ao passo que os resíduos (inclusive os radioativos) nascem do bem-estar que ninguém mais quer perder. Eis por que nosso século foi o da angústia e da utopia de curá-la".

Segundo a mesma linha de raciocínio, Domenico de Masi (1993) diz que, para prever o futuro, é preciso não perder de vista o passado. Segundo ele, algumas previsões para as próximas décadas estão sendo confirmadas. "Continuará a crescer o nível de escolarização; se consolidará a difusão dos meios de comunicação de massa; a qualidade física de nossa existência tenderá a melhorar. Se o progresso tecnológico continuar no ritmo atual, aumentará a possibilidade de recolher, elaborar e difundir informações através de processadores de quinta e de sexta gerações; a engenharia genética permitirá uma melhor seleção das espécies vivas; a físico-química e a química produzirão novos materiais superiores aos atuais. (...) E ainda que a tendência crescente do progresso dos últimos tempos fizesse uma pausa, mesmo assim, as novas conquistas exigirão uma reestruturação

<sup>1</sup>-Versão ligeiramente modificada do trabalho de conclusão do curso de Economia Política do programa de doutoramento em Economia da Unicamp.

dos sistemas políticos, sociais e psicológicos. (...) Talvez seja mais fácil inventar o progresso do que administrá-lo, o que exige adequamento nas leis, na política, na estrutura social". Daí a concluir que, "a consequência mais imediata e visível dessa trajetória, que servirá de teste para a administração de nosso futuro, é o enfrentamento do problema do desemprego crescente".

Conceitualmente, embora ainda estejamos em uma fase embrionária, observa-se uma forte concentração da discussão da globalização nas questões relativas à órbita financeira. Segundo Gonçalves (1995), "a globalização financeira pode ser entendida como um fenômeno que tem três dimensões que se reforçam mutuamente. A primeira refere-se a maior integração entre os sistemas financeiros nacionais, principalmente, dos países desenvolvidos e um número reduzido dos chamados mercados emergentes. A segunda dimensão da globalização financeira refere-se ao acirramento da concorrência no que diz respeito ao sistema financeiro internacional. E a terceira dimensão é o avanço do processo de internacionalização da produção de serviços financeiros, no sentido de que residentes de um país têm acesso cada vez maior a serviços financeiros por residentes de outro país".

Já Coutinho (1995), diz que "o conteúdo rigoroso que se deve atribuir à globalização é que esta é uma etapa recente (pós-80) e mais avançada do processo de internacionalização da economia mundial, caracterizada pelos seguintes pontos:

a) pela aceleração da mudança tecnológica (terceira revolução industrial) nas economias centrais, sendo este processo heterogêneo e desigual, de tal forma a reiterar os desequilíbrios comerciais e afirmar cada vez mais o policentrismo econômico;

b) pela reorganização dos padrões de gestão e de organização da produção, combinando os movimentos de globalização e de regionalização (formação dos blocos econômicos);

c) pela ausência de um padrão monetário mundial estável (crise do dólar), no contexto de taxas cambiais flutuantes, com crescente especulação com as paridades das moedas e desenvolvimento de mecanismos de "hegde" (derivativos) que, entretanto, não são capazes de prevenir rupturas e crises;

d) pelo aumento da concentração de estruturas de mercado (número crescente de oligopólios mundiais) e da concentração da propriedade global, por meio das fusões e dos investimentos cruzados internacionalmente. Isto é, aumentaram os investimento externos entre e dentro dos países desenvolvidos, inclusive por novos atores (e.g. fundos de pensão), intensificando a interpretação patrimonial dentro do capitalismo avançado; e

e) pela integração global dos mercados de câmbio e de títulos financeiros (especialmente títulos públicos e papéis securitizados de grandes empresas), movimentando US\$ 1 trilhão por dia nos mercados "spot" de câmbio, de um estoque de riqueza que alcança mais de US\$ 25 trilhões".

Para Fiori (1995), "o conceito de globalização é algo ainda em construção, não sendo impossível que o mesmo vá para o esquecimento antes que seu significado teórico seja esclarecido. Assim mesmo e apesar desta imprecisão, ninguém tem dúvidas de que o conceito procura dar conta de uma nova "formatação" capitalista, gerada nas última décadas pelo incessante processo de acumulação e internacionalização dos capitais. Como tampouco pairam mais dúvidas de que esta nova formatação econômica envolve aspectos e dimensões tecnológicas, organizacionais, políticas, comerciais e financeiras que se relacionam de maneira dinâmica gerando uma reorganização espacial da atividade econômica e uma claríssima re-hierarquização de seus centros decisórios". Segundo esse autor, "isto aparece de maneira clara na forma codificada em que os Estados Unidos, Alemanha e Japão comandam a economia mundial, como também na maneira em que os Estados Unidos, França e Inglaterra ainda mantêm em suas mãos a batuta das grandes decisões geopolíticas e militares, depois do desaparecimento da União Soviética".

Desta maneira, observa-se que, conceitualmente, o debate sobre a globalização ganha uma dimensão maior quando os horizontes se expandem para além da esfera econômica, muito embora reconheça-se que é neste campo que o processo tem maior visibilidade. Assim, Ianni (1995) diz que “o problema da globalização, em suas implicações empíricas e metodológicas, ou históricas e teóricas, pode ser colocado de modo inovador, propriamente heurístico, se aceitamos refletir sobre algumas metáforas produzidas precisamente pela reflexão e imaginação desafiadas pela globalização”. Dentre essas metáforas, o autor destaca a “aldeia global”, a “fábrica global”, a “cidade global”, a “nave espacial”, a “nova babel”, etc., metáforas estas que contemplam aspectos relacionados às expressões “nova divisão internacional do trabalho”, “moeda global”, “capitalismo global”, “mundo sem fronteiras”, “hegemonia global”, “desterritorialização”, “fim da história”, etc. Com isso, cada uma das expressões remetem a diferentes pontos de vistas analíticos que podem priorizar os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos.

Para o autor, “a *aldeia global* sugere que formou-se a comunidade global, concretizada com as realizações e as possibilidades de comunicação, informação e fabulação abertas pela eletrônica. Sugere que estão em curso a harmonização e a homogeneização progressivas. Baseia-se na convicção de que a organização, o funcionamento e a mudança na vida social, em sentido amplo, compreendendo evidentemente a globalização, são ocasionados pela técnica e, neste caso, pela eletrônica. Em pouco tempo, as províncias, nações e regiões, bem como culturas e civilizações, são atravessadas e articuladas pelos sistemas de informação, comunicação e fabulação agilizados pela eletrônica”.

“A *fábrica global* sugere uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo além de todas as fronteiras, subsumindo formal ou realmente todas as outras formas de organização social e técnica do trabalho, da produção e reprodução ampliada do capital. Toda economia nacional, seja qual for, torna-se província da economia global. O modo de produção capitalista entra em uma época propriamente global, e não apenas internacional ou multinacional. Assim, o mercado, as forças produtivas, a nova divisão internacional do trabalho, a reprodução ampliada do capital, desenvolvem-se em escala mundial. Logo se vê que a fábrica global é tanto metáfora como realidade”.

“A *nave espacial* sugere a viagem e a travessia, o lugar e a duração, o conhecido e o incógnito, o destinado e o transviado, a aventura e a desventura. A metáfora da nave espacial pode muito bem ser o emblema de como a modernidade se desenvolve no século XX, prenunciando o século XXI”. E “na metáfora da nave espacial esconde-se a da *torre de babel*. A babel escondida no emblema da nave espacial pode revelar ainda mais nitidamente o que há de trágico no modo pelo qual se dá a globalização (...) A utopia da emancipação individual e coletiva, nacional e mundial, parece estar sendo punida com a globalização tecnocrática, instrumental, mercantil, consumista”.

Assim, após essa brilhante articulação conceitual, Ianni nos revela que “talvez se possa dizer que as metáforas produzidas nos horizontes da globalização entram em diálogo umas com as outras, múltiplas, plurais, polifônicas. Uma desafia e enriquece a outra, conferindo novos significados a todas. E também assim que a sociedade global adquire fisionomia e significados”.

A partir desta introdução conceitual, o trabalho contará com mais três seções. Na seção 2, cujo destaque é a esfera econômica da globalização, busca-se compreender quais são os elementos fundantes deste processo. Para tanto, são discutidos os caminhos por onde avança a globalização e os principais reflexos deste processo na esfera técnico-produtiva, no fluxo de comércio, na organização empresarial e na esfera financeira. Na seção 3, apresentamos algumas das principais controvérsias que têm permeado o debate da globalização, com destaque para as questões relacionadas à emergência deste processo, sua irreversibilidade ou não e o papel dos estados nacionais. Na seção 4, são apresentadas algumas considerações gerais sobre o tema.

## 2 - OS ELEMENTOS FUNDANTES DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA: POR ONDE AVANÇA ESTE PROCESSO

É linguagem corrente, e até mesmo do atual governo, dizer que o mundo mudou. Porém, poucos são aqueles que de fato fundamentam as origens e a profundidade dessas mudanças, pois como diz Conceição Tavares, “não adianta dizer que o mundo mudou e que está em curso um processo de globalização. Usar palavras fortes e conceitos dúbios não ajuda a capacidade de decisão dos governos e dos agentes econômicos, nem facilita o entendimento de um processo complexo pelos cidadãos comuns e seus representantes no Congresso”.

Neste sentido, este item tem por objetivo aprofundar minimamente o debate a cerca da natureza e dos reflexos dessas mudanças, as quais caracterizam o processo de globalização na ótica afirmada na parte inicial, ou seja, em um conjunto de alterações nas órbitas financeira, comercial e tecnológica, as quais conformam um novo paradigma produtivo do sistema capitalista.

A economia mundial vem convivendo com sucessivas transformações desde o período do pós-guerra, transformações estas que conduzem a um sistema econômico global, cujas características serão abordadas mais adiante. Essas transformações ocorreram e ainda ocorrem em diferentes esferas: no desenvolvimento técnico-produtivo, onde a marca principal é o enorme avanço tecnológico; na órbita financeira, cuja característica básica é a “financeirização da riqueza”<sup>2</sup>; no comércio, onde registra-se um crescimento sem precedentes no fluxo do comércio mundial; e na parte organizacional e gerencial, de onde emergem as grandes empresas capitalistas multi-departamentais.

Todo este processo é decorrente, em grande medida, dos ajustes das economias capitalistas centrais, entendidos como respostas destas economias aos choques dos anos 70 e à falência do sistema monetário internacional que emergiu dos acordos de Bretton Woods.

Este aspecto foi bem ressaltado por Fiori (1995) quando diz que “o que se convencionou chamar de ajustes estruturais foram as respostas dadas pelas economias a estas crises e transformações. E o que se chama de globalização é a realidade que vai nascendo como resultado destes ajustes - sobretudo o dos países centrais - mas ao mesmo tempo, como um processo que se desenvolve às costas dos produtores e dos governos”.

Segundo Conceição Tavares (1993), “a política de ajuste de balanço de pagamentos dos Estados Unidos, bem como suas tentativas de manter a hegemonia do dólar, levaram os demais países da OCDE, em particular o Japão e a Alemanha, a formular respostas bem sucedidas de reestruturação industrial, provocando acentuadas mudanças na divisão internacional do trabalho”.

Desta forma, “parece ser razoável tentar visualizar a conexão que existe entre as políticas cambial e financeira - as principais políticas de ajuste e coordenação macroeconômica - e as condições internas e internacionais que deram suporte ao processo de reestruturação industrial. Assim, as flutuações nas taxas de câmbio e de juros, acompanhadas de fortes movimentos de capitais, modificaram as condições de financiamento do Estado e de rentabilidade da grande empresa dentro dos países centrais, forçando a um aumento da competição internacional que, por sua vez, obrigou a uma rápida transformação industrial e tecnológica. Esse processo acelerado de reestruturação

<sup>2</sup>-Expressão emprestada de Braga (1993).

só foi bem-sucedido nos países onde as condições microeconômicas, de organização industrial e as políticas do Estado tiveram condições de ser compatibilizadas”<sup>3</sup>.

## 2.1 - A Reestruturação Produtiva: o princípio da globalização

O processo de ajuste estrutural do pós-guerra apresentou significativas diferenças entre os países do “capitalismo organizado” (Japão e Alemanha) e os países inspirados no ideário neoliberal (anglo-saxônicos). E são precisamente essas diferenças que irão estar no centro do processo de globalização produtiva, com nítidas vantagens para os primeiros, onde destaca-se o caso japonês.

Embora a reestruturação ainda não seja um processo concluído, algumas características importantes podem ser mencionadas. Os Estados Unidos, contando com um sistema baseado nos mercados de capitais e operado pela bolsa de valores, experimentaram um processo de reajuste baseado nos movimentos de mercados (eventos), implicando em uma perda de competitividade com relação aos produtos japoneses, sobretudo nos setores metalmeccânico e elétrico e no setor de bens de consumo.

De acordo com Conceição Tavares (1993), “os Estados Unidos nunca tiveram uma política industrial explícita e de longo prazo, salvo no complexo militar. Assim, os esforços de inovação tecnológica em informática e eletrônica seguiram a orientação natural do mercado militar e dos serviços bancários e de comunicações, destinados, ambos, a reforçar o poder internacional da potência dominante. Esses avanços tecnológicos, como se verificaria mais tarde, não melhoraram a competitividade nas indústrias de bens de consumo duráveis nem nos complexos metalmeccânico e elétrico, aos quais estavam ligados. Dessa forma, o “modelo taylorista-fordista”, que havia sustentado a difusão do padrão industrial (americano) no pós-guerra, torna-se rapidamente anacrônico, e a base interna de sustentação sistêmica de uma economia de produção e de consumo de massa começa a ser erodida”.

A reestruturação japonesa, por sua vez, contou com um sistema baseado no crédito controlado e regulado pelo governo. Todas as estratégias de ajustamento e de investimentos foram lideradas pelo Estado, o qual detinha o controle sobre o sistema financeiro. Este fato revelou-se num dos aspectos mais positivos da reestruturação japonesa, dado que o mercado de capitais era pouco desenvolvido. Dentre as principais características do modelo japonês podemos destacar o controle e a coordenação das inovações tecnológicas feito pelo MITI junto aos setores empresariais.

No caso japonês, Conceição Tavares (1993) afirma que “o ajuste não se limitou às políticas macroeconômicas e à busca do equilíbrio da balança comercial. O Japão empreendeu uma mudança deliberada na sua estrutura industrial que não seguiu a orientação do “livre mercado”, nem dos preços relativos, nem a busca de “vantagens comparativas no mercado internacional, que, diga-se de passagem, já possuía”. Desta forma, “a política industrial japonesa não se limitou apenas à redução e reestruturação das indústrias siderúrgicas, naval e petroquímica, as mais afetadas pela mudança de preços relativos e pela superprodução mundial. Dedicou-se, acima de tudo, à implementação de uma estratégia de transformação tecnológica centrada na eletroeletrônica de ponta e na difusão acelerada das novas técnicas de informação e controle no interior de todo o aparelho produtivo. O extraordinário aumento da produtividade e qualidade dos novos produtos permitiu ao Japão um novo drive exportador, que sustentou a demanda industrial no período de transição. O domínio do mercado mundial de novos produtos de consumo de massa e, sobretudo, de novos equipamentos serviu de ponte para uma nova rota de industrialização capaz de resistir à instabilidade do dólar e do mercado internacional”.

<sup>3</sup> Uma análise mais detalhada sobre o caráter desses ajustes pode ser encontrada em Conceição Tavares (1993) e em Belluzzo (1995). Neste texto, apenas citamos algumas características relevantes deste processo, as quais assumem grande dimensão sobre os pontos de nosso interesse.

Já a Alemanha, contando com um sistema de crédito dominado por instituições financeiras privadas, viabilizou uma articulação forte entre os bancos e as indústrias, o que possibilitou uma reestruturação produtiva mais efetiva, comparativamente aos Estados Unidos. Dentre as características do padrão Alemão destacam-se o crédito orientado, via acordos, e o privilegiamento dos núcleos tecnológicos da química fina, dos instrumentos de precisão, dos equipamentos, etc. Como perfil comum ao modelo japonês, observa-se a manutenção do caráter das “finanças industrializantes”.

Desta forma, Conceição Tavares (1993), diz que “a Alemanha, depois de 1982, conseguiu iniciar um programa de ajuste e reestruturação industrial de longo prazo, que foi compatibilizado com uma política macroeconômica de corte liberal, mas não convencional. Apoiada em sua forte posição industrial, comercial e financeira, comandou o sistema monetário europeu e orientou a trajetória de integração e expansão econômica da Europa continental, até 1990”.

Por outro lado, a autora diz ainda que “a única experiência importante de desindustrialização entre os cinco grandes países da OCDE foi a Inglaterra, que, com suas políticas ultraliberais, sua opção estratégica pelos serviços de alto valor e sua abertura excessiva para a especulação financeira, ficou no pior dos mundos. Ao terminar a década de 80, apesar dos ganhos com o petróleo, a economia inglesa já se encontrava atrás da italiana, e sem condições de competir no Mercado Comum Europeu. É preciso que se diga que a prosperidade petrolífera não foi aproveitada no sentido de ‘reestruturar’ a indústria ou os serviços sociais ingleses; ao contrário, a maioria dos ganhos foi investida nos EUA”.

Decorridas quase duas décadas de políticas de reestruturação e de ajustes, dados empíricos de diversos estudos revelam que o Japão segue firma na liderança da Triade, o que lhe confere uma posição confortável e de controle da dinâmica econômica mundial.

Como síntese deste item, citaremos os três pontos críticos deste processo enunciados pela professora Conceição Tavares. O primeiro é o sucesso relativamente menor dos países anglo-saxônicos que pregaram e universalizaram as políticas ultraliberais de ajuste e de desregulação, quando comparados com os países de capitalismo organizado, como o Japão e a Alemanha, ou com forte regulação e presença do Estado no sistema bancário, como a França, a Itália e a Coreia.

O segundo ponto crítico é o fracasso dos ajustes automáticos do balanço de pagamentos, patrocinados pelos Estados Unidos e o Fundo Monetário Internacional, e seus efeitos perversos sobre a instabilidade financeira global e sobre a crise financeira da América Latina e de outros países periféricos.

O terceiro ponto crítico é o caráter desigual da modernização em termos de países, empresas e pessoas, que levou a uma distribuição desequilibrada dos benefícios do progresso técnico. A “socialização” das perdas levou, entre outras coisas, a uma crise fiscal de natureza estrutural e a transferência patrimonial de grande magnitude.

## **2.2 - A globalização financeira**

Os acontecimentos nesta esfera econômica desde o pós-guerra fizeram com que aspectos marcantes do processo de globalização fossem amplamente divulgados e apreendidos. Com isso, percebe-se com maior facilidade o movimento expansivo do capital em suas distintas fases históricas. A fase atual, denominada de “capitalismo monopolista”, é a que caracteriza de forma definitiva o modo de produção em escala planetária.

Segundo Braga (1995), “os capitais centralizados suplantam suas estruturas de mercado originais e seus espaços nacionais, justamente por sua força expansiva de acumulação, ganhando mobilidade, flexibilidade e amplitude de rentabilização, ao distribuírem-se por diferentes mercados, indústrias, setores, ramos e, finalmente, regiões do planeta”. Além disso, Braga (1993: 26) diz também que “é importante compreender que, mais que nunca, no capitalismo contemporâneo as finanças ditam o ritmo da economia - e, neste sentido, há uma dominância financeira na dinâmica econômica. Então,

neste contexto, compreenda-se que as mudanças nas finanças têm constituído uma dinâmica internacionalizada, calcada numa verdadeira macroestrutura financeira, de âmbito transnacional, originada nos Estados Unidos e transposta também, em termos nacionais, para alguns países importantes da Europa e da Ásia. Registre-se que a dominância financeira é a forma mais aparente e problemática da dinâmica econômica (...). A dominância financeira - a financeirização - é expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo. Por dominância financeira apreende-se, inclusive conceitualmente, o fato de que todas as corporações - mesmo as tipicamente industriais, como as do complexo metalmeccânico e eletroeletrônico - têm em suas aplicações financeiras, de lucros retidos ou de caixa, um elemento central do processo de acumulação global de riqueza".

Segundo Belluzzo (1995), "a internacionalização financeira surgida no final dos anos 60 expressou-se através da crescente supremacia da função de meio de financiamento e de pagamento do dólar em relação à sua função de standard universal. O conflito entre as duas funções, que devem coexistir pacificamente num sistema monetário estável, chegou no final dos anos 70 a suscitar ensaios de substituição do dólar por Direitos Especiais de Saque (criados em 1967) emitidos pelo FMI e lastreados em uma cesta de moedas".

Para o autor, "nos anos 80, a ampliação dos dois déficits - orçamentário e comercial - dos Estados Unidos foi um fator importante para dar um segundo impulso e uma nova direção ao processo de globalização financeira. Na prática, a ampliação dos mercados de dívida pública constituíram a base sobre a qual se assentou o desenvolvimento do processo de securitização. Isto não apenas porque cresceu a participação dos títulos americanos na formação da riqueza financeira demandada pelos agentes privados americanos e de outros países, mas também porque os papéis do governo dos Estados Unidos são produtos mais nobres e seguros dos mercados integrados. A expansão da posição devedora líquida norte-americana permitiu o ajustamento, sem grandes traumas, das carteiras dos bancos, na medida em que os créditos desvalorizados dos países em desenvolvimento foram sendo substituídos por dívida emitida pelo Tesouro Nacional dos Estados Unidos".

Desta forma, ele argumenta que "a evolução da crise do sistema de crédito internacional e as respostas dos Estados Unidos ao enfraquecimento do papel do dólar criaram as condições para o surgimento de novas formas de intermediação financeira e para o desenvolvimento de uma segunda etapa da globalização. Esse processo de transformação na esfera financeira pode ser entendido como a generalização e a supremacia dos mercados de capitais em substituição à dominância anterior do sistema de crédito comandado pelos bancos".

### 2.3 - A Mundialização do Comércio

O processo de desregulação iniciado com o colapso do sistema de Bretton Woods provocou impactos significativos no fluxo de comércio mundial, acabando por impulsionar a formação e a consolidação dos blocos econômicos regionais.

A década de 80 foi marcada por um processo intenso de liberalização comercial no países "em desenvolvimento", movimento este que não se sucedeu da mesma forma nos países "desenvolvidos". Exemplo disto, foram os constantes atritos comerciais, principalmente, entre o Japão e os Estados Unidos.

Na verdade, por trás desta onda de liberalização comercial está um número cada vez maior de países que almejam novas taxas de crescimento, tanto das exportações quanto das importações, como forma de atrair novos fluxos de investimentos internacionais. Entretanto, as negociações comerciais ainda são tidas como meio de pressão, sobretudo por parte do bloco de países "desenvolvidos" contra os "não-desenvolvidos". De alguma forma, esta relação desigual esteve presente em todo o



processo das negociações da Rodada Uruguai do GATT, iniciada em 1986 e só concretizada no final de 1993.

Decorrentes das mudanças tecnológicas e organizacionais das empresas, novos padrões de comércio mundial estão emergindo e provocando uma série de alterações no âmbito das exportações, onde as vantagens comparativas e determinados fatores cedem seu lugar para as novas estratégias dos grandes grupos empresariais. Estes fatos estão em perfeita sintonia com os mercados mundiais que se globalizam.

Com isso, o próprio GATT, criado em 1947 e tendo a função de organismo multilateral, perdeu suas funções, devido ao crescente processo de interdependência entre as nações. Em seu lugar foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC), a qual deverá ser um órgão orgânico da Organização das Nações Unidas. Esta nova organização, com o processo de globalização, certamente terá que desempenhar outras funções, além daquelas até agora desenvolvidas pelo GATT.

## 2.4 - A Reestruturação Organizacional das Empresas

O objetivo deste item é mostrar algumas mudanças importantes ocorridas na esfera gerencial e organizacional das empresas e processadas pelo sistema capitalista na passagem do século XIX para o século XX, mudanças estas que, sem dúvida, têm um peso decisivo no processo de globalização. Com o impulso do progresso técnico, principalmente nos setores dos transportes e de comunicações, as empresas mudam e se organizam em duas frentes: na parte financeira e na de novos processos tecnológicos, emergindo daí o que Chandler (1990) denominou de "managerial business enterprise".

Essas novas empresas são verdadeiras instituições com vida própria e que estão diretamente vinculadas às transformações produtivas e ao crescimento econômico, sendo que as ações se concentram em dois aspectos básicos: nas estruturas e nas estratégias empresariais. Assim, observa-se que o sistema capitalista vai impondo uma nova forma de organização, tanto na base técnico-produtiva, quanto na parte organizacional, ou seja, há uma expansão capitalista nas diversas esferas.

Nesta nova conformação capitalista - passagem do século XIX para século XX - as relações entre a base técnica, a estrutura financeira e a estrutura organizacional das empresas assumem importância decisiva. É neste contexto que, nas primeiras décadas do século XX, os Estados Unidos emergiram como grande potência capitalista, com a característica de uma dinâmica econômica denominada de "gerencial competitiva", isto porque toda a organização da estrutura estava fundada num processo de expansão da mais valia relativa, capaz de produzir altas taxas de lucratividade.

Desta maneira, o capitalismo norte-americano do pós-guerra é dinamizado pelas grandes empresas multidepartamentais, uma vez que são empresas que possuem economia de escala obtida através da redução dos custos de produção e de distribuição, além da tomada de decisões ser realizada num horizonte de longo prazo. As estratégias deste tipo de empresas concentram-se em três aspectos básicos: na organização multidivisional da empresa, cuja expansão se dá através da linha de produtos; nos novos mercados e nas novas fontes de suprimento; e na abertura de mercados diferenciados para diferentes tipos de consumidores.

Do ponto de vista organizacional, as empresas multidepartamentais apresentam em sua estrutura básica as seguintes características: são multissetoriais, multifuncionais e multinacionais. Com isso, realiza-se uma gestão/planejamento da produção, da distribuição e dos próprios investimentos futuros.

Segundo Braga (1993), "as corporações capitalistas contemporâneas são, portanto, multifuncionais (finanças, produção e comércio), multissetoriais (vários segmentos industriais), além de multinacionais, e obedecem a uma lógica financeira geral na definição, gestão e realização da riqueza. No entanto, para o dinamismo da reprodução ampliada das economias e para o êxito na competição intercapitalista, o papel da



reestruturação industrial e da inovação tecnológica é decisivo mesmo para embasar, fundar e determinar a dominância financeira e a evolução da financeirização”.

Como conclusão geral desta seção, podemos afirmar que o processo de globalização econômica está sendo comandado pelas finanças, pela reestruturação produtiva, pelo comércio e pela estrutura organizacional e gerencial das grandes empresas, mas com um ligeiro predomínio da esfera financeira, dado o processo expansivo de valorização fictícia do capital.

Este fato foi bem apreendido por Fiori (1995): “se for necessário escolher um fator que tenha cumprido individualmente o papel mais decisivo neste processo, e sobretudo na sua aceleração nos anos oitenta, ele terá sido a decisão política de desregulação dos mercados. Mas sobretudo a desregulação dos sistemas bancários e dos mercados de capitais que, somada à permanência de um sistema de câmbio flexível e à universalização das políticas monetárias deflacionistas, gerou o processo consequente de globalização financeira”.

### **3 - Algumas Controvérsias sobre a Globalização**

Nos últimos anos aprofundaram-se as controvérsias sobre a abrangência e o real significado da “globalização”. Por um lado, existem aqueles que a concebem como um processo natural dentro do sistema capitalista, portanto irreversível, e, por outro lado, aqueles que a atacam classificando-a mais como um mito do que uma realidade. Estas contradições aparecem nas diferentes matrizes do pensamento político brasileiro. Neste sentido, esta seção tem por objetivo qualificar melhor quais são as questões centrais deste debate.

#### **3.1 - A globalização é um fenômeno real ou imaginário?**

A maioria dos autores consultados entende que a globalização é um processo real que vem afetando as sociedades modernas nas suas diferentes esferas, principalmente após o período do pós-guerra. Para eles, este fenômeno, nos seus mais variados enfoques, normalmente é determinado pelas áreas produtiva, financeira e comercial. Na esfera produtiva estão sendo introduzidas mudanças fundamentais na forma de produção onde, através das inovações tecnológicas, busca-se uma maior inserção na produção mundial. A este processo, que de certa forma já vinha sendo comandado pelas empresas transnacionais, junta-se agora a complementaridade industrial, tanto entre empresas quanto entre países.

No âmbito financeiro, talvez o aspecto mais visível desta discussão, observam-se mudanças consideráveis no fluxo dos recursos, tanto no seu volume quanto na velocidade de circulação desses recursos. Isto pode ser comprovado pelo enorme crescimento dos investimentos estrangeiros diretos realizados na segunda metade dos anos oitenta, investimentos estes que trazem embutidos nos novos processos de produção outros elementos, destacando-se aí a terceirização e a própria flexibilização do trabalho.

Do ponto de vista comercial, consagra-se a hegemonia da liberalização do comércio mundial como forma de se buscar uma maior participação na economia global. Daí a importância que assumiu a formação dos blocos comerciais ou mesmo dos acordos bilaterais, uma vez que este processo está muito interrelacionado com as decisões de investimentos, sobretudo das grandes empresas.

Fungindo desta lógica de raciocínio, está um grupo de autores<sup>4</sup> que vêem a globalização como uma mera ficção ou até mesmo um termo onde se busca extrair dele explicações para todos os tipos de problemas da sociedade moderna. Por isso, entendem que torna-se praticamente impossível uma resposta adequada às questões formuladas na

<sup>4</sup>-Destaca-se aí o Prof. Paulo Nogueira Batista Junior.

sequência deste texto, uma vez que colocam em dúvida a própria existência da “globalização”.

### **3.2 - A globalização é um fenômeno recente?**

Para a grande maioria dos autores, o fato de sempre ter havido uma interconexão direta entre as economias mundiais mais dinâmicas não permite concluir que o processo de globalização é antigo. Com a grande interação que ocorreu entre as diferentes esferas (citadas anteriormente), passou-se rapidamente de um âmbito de integração regional para a internacionalização das economias. É a partir desta internacionalização que o processo da globalização coloca-se como um fato novo, seja pela intensidade com que ele vem ocorrendo, seja pela quantidade de elementos novos por ele agregados. Por outro lado, torna-se relevante também o projeto político-ideológico que está sendo gestado recentemente, o qual se assenta sob a hegemonia mundial dos valores do capitalismo. Neste caso específico, a novidade talvez consista no fato de que através da globalização está se buscando, na prática, um modelo de representação política homogêneo para todos os cidadãos. Assim, aqueles que não aderirem a essa lógica serão ‘barrados do baile’.

Em sentido oposto, existe um conjunto de autores para os quais a globalização não é uma forma de ocidentalização ou de americanização do mundo e nem é um fenômeno recente, mas sim mais uma etapa do desenvolvimento capitalista cujo objetivo é romper com algumas conquistas sociais que deram origem ao que se convencionou chamar de “Estado de Bem-Estar Social”. Daí a razão de sua forte ênfase no reestabelecimento da autonomia do mercado sobre o “estado regulador”. Neste caso, tem-se uma hegemonia do “racionalismo econômico” capitalista sobre qualquer outra possibilidade de organização dos povos. Esta hegemonia acaba se expressando na liberdade de movimentação dos capitais, na completa desregulamentação dos mercados e no desmonte das estruturas de proteção social para os mais necessitados.

### **3.3 - A globalização é um processo irreversível, cuja adesão torna-se inevitável?**

Partindo do pressuposto de que as inovações técnicas nos processos produtivos, as facilidades de movimentação do capital financeiro e os avanços observados nos meios de comunicação, sem os quais não existiria um elo de ligação rápida, tornou-se praticamente irreversível, para a grande maioria dos analistas, o atual estágio da globalização. Por isso, resta ao país apenas a alternativa da adesão a esse processo. No entanto, ressaltam que esta adesão deverá ser feita no sentido de se buscar a maximização dos benefícios e das oportunidades que ele propicia.

Porém, alguns autores mais céticos que aderiram a essa lógica recomendam que a referida adesão não pode ser passiva, tendo em vista todas heranças históricas do modelo de desenvolvimento brasileiro. Decorre daí as proposições de que o país deve, ao se inserir nesta nova dinâmica, manter sua capacidade de se auto-organizar e de buscar soluções para seus problemas específicos, destacando-se dentre estes o atraso social que vem se acumulando ao longo do tempo.

De outro lado estão aqueles que acreditam que a globalização não é um processo homogêneo, linear e contínuo e nem o resultado de um determinismo ou fatalismo histórico. Assim, apostam que muitos irão ficar indignados quando descobrirem que o processo de internacionalização em curso atualmente não tem o alcance e a irreversibilidade que se divulga por todas as partes do globo terrestre. Isto porque entendem que a maior parte dos países que embarcaram nesta onda estão, na verdade, abrindo mão da condução de seus próprios destinos.

### **3.4 - A globalização conduz à falência dos “Estados Nacionais”?**

Para os que se aliam as teses de que a globalização é irreversível e a adesão é inevitável, os espaços dos "estados nacionais" para se gestar políticas que possam ter alguma influência na solução dos problemas globais serão cada vez menores. Alguns chegam até a afirmar que este processo já anunciou o fim desses estados.

Para aqueles que consideram a globalização como uma ficção, os estados nacionais mantêm ainda uma função estratégica e decisiva, tanto no âmbito da formulação de políticas que visam solucionar os problemas internos, quanto naquelas que debatem os destinos da humanidade. Isto porque o mundo continua dividido ao redor de nações, cujo foco principal é a defesa dos interesses de seus povos. Além disso, no chamado "centro dinâmico do capitalismo", os Estados ainda detêm um forte papel na condução das políticas gerais.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do capitalismo em escala mundial no pós-guerra impactou não somente a base econômica das sociedades, mas também alterou drasticamente os sistemas políticos. Aos poucos observa-se que o capital não pode mais ser visto, em seus movimentos, apenas nas esferas setoriais ou no âmbito nacional, dado que sua forma de reprodução se coloca em escala mundial. Não há dúvidas que esta internacionalização do capital foi amplamente favorecida com o fim da bipolaridade geopolítica iniciada no pós-guerra que confrontava os dois sistemas mundiais: capitalismo e socialismo. Assim, com o fim da guerra fria e com o desmoronamento do império soviético, o regime capitalista encontrou caminho livre, não só do ponto de vista econômico, mas, principalmente, no campo político, onde se afirma soberanamente a ideologia deste sistema.

Como vimos, esta ordem econômica mundial provocou uma nova divisão internacional do trabalho, reestruturou de forma acentuada a esfera técnico-produtiva, desregulou os mercados e internacionalizou as finanças. No entanto, ela também alterou significativamente a geopolítica mundial, onde a expressão mais visível é a progressiva limitação do espaço de atuação dos Estados Nacionais.

Com isso, não se globalizam apenas as tecnologias, as finanças e o comércio, mas também as instituições e os padrões políticos e suas ideologias. Desta forma, a periferia do sistema capitalista, principalmente, vê suas possibilidades e seus espaços políticos serem determinados pelas forças hegemônicas articuladas em instituições ou corporações mundiais, as quais ditam os limites das reformas econômicas, sociais e políticas, merecendo destaque a forma como o Estado está sendo descaracterizado de suas funções tradicionais e históricas.

Neste contexto, onde as grandes corporações e os grandes bancos movimentam seus recursos, realizam seus investimentos e desenvolvem seus planos de médio e longo alcances às costas dos governos nacionais, observa-se que estes governos e suas instituições encontram-se cada vez mais debilitados para estabelecer qualquer tipo de controle que tradicionalmente era feito sobre a movimentação de capitais. Assim, assistimos a um novo cenário onde o dinheiro, no seu sentido físico, não mais necessita atravessar as fronteiras. Tudo isto graças aos avanços tecnológicos da eletrônica e das comunicações. Com isso, ocorre um processo de desterritorialização, onde os movimentos do capital financeiro se processam de forma descolada dos sistemas econômicos e dos próprios estados nacionais.

Com o ajuste e a reestruturação econômica das últimas décadas, emergiram novos desafios para a humanidade. Por um lado, as inovações tecnológicas e o processo de financeirização do capital deram origem a uma modernização da produção e das relações econômicas marcada por fortes desigualdades, tanto ao nível de países e de regiões quanto de classes sociais. Com isso, os benefícios do progresso técnico se tornaram cada mais concentrados no âmbito dos centros econômico-financeiros dominantes e no âmbito das grandes corporações empresariais, as quais não encontram mais barreiras em suas

investidas exacerbadas pelo lucro fácil. Na verdade, estes fatos revelam a enorme concentração de capitais ainda em curso no final do século XX.

Por outro lado, a globalização capitalista tem impactado também a esfera das relações políticas. Ao mesmo tempo em que se fortalece uma ideologia capitalista hegemônica, com base nos princípios do neoliberalismo, assistimos a um processo de degradação dos Estados Nacionais, através da perda de seu poder para definir e coordenar os investimentos e para determinar as linhas das políticas macroeconômicas.

A estas duas ordens de questões, somam-se os enormes problemas sociais aprofundados com o processo de globalização. Com isso, é condição imperativa uma revisão da trajetória de todo o sistema econômico e político das últimas décadas, a qual foi marcada pela ideologia de que a abertura e a desregulação dos mercados seriam suficientes para a solução desses graves problemas, além do que a riqueza seria dinamizada e distribuída. Ai estão o aumento do desemprego e o aprofundamento da pobreza em escala mundial para contradizer o sistema.

A globalização financeira ampliou a instabilidade econômica através da subordinação da esfera produtiva aos interesses financeiros. Com isso, retraem-se os investimentos e mantém-se estagnado o crescimento econômico. Além disso, as moedas nacionais sucubem internacionalmente e a ação pública, eficaz até bem pouco tempo, perde seu poder regulatório e normatizador das relações de sociabilidade e da própria vida econômica. Para felicidade dos neoliberais de plantão, a economia, além de condicionar a democracia, torna-se o epicentro do mundo, definindo os próprios horizontes e limites da liberdade.

No âmbito político, a globalização impôs aos Estados Nacionais uma série de constrangimentos. Talvez o mais importante de todos eles é a perda de capacidade e de liberdade destes Estados de operar políticas macroeconômicas, dado o enorme poder de veto dos mercados financeiros. Assim, para as economias periféricas e com moedas fracas, não resta outra alternativa senão a de seguir as políticas ditadas pelos centros capitalistas. Ao mesmo tempo, estes Estados perdem também sua capacidade de definir e coordenar os investimentos produtivos para as áreas prioritárias, devido as estratégias das grandes corporações e empresas multidepartamentais e transnacionais.

Além disso, a ideologia predominante de "menos estado e mais mercado" coloca sérias restrições para a ação social do estado, dado os limites fiscais e orçamentários e o próprio processo de globalização que, ao tornar mais livre o processo de circulação da renda e da riqueza, desarticulou toda a estrutura institucional montada no pós-guerra.

Uma última consideração diz respeito a ausência de um país ou centro hegemônico capaz de fazer frente aos novos desafios do final do século. A crise mundial iniciada a partir da década de 70 e o fim do conjunto de acordos de Bretton Woods deixaram um vazio político.

Os Estados Unidos, que emergiram como a grande potência hegemônica do pós-guerra, começaram a perder esta hegemonia a partir dos anos 60 e 70. Oriundos dos processos de ajustes e de reestruturação dos anos 80, emergem para o cenário econômico e político mundial no final deste século o Japão e a Alemanha. No entanto, os anos 90 mostram que, contrariamente às primeiras décadas do pós-guerra, não há uma nação hegemônica nos moldes daquele período.

## 5 - BIBLIOGRAFIA

**BELLUZZO, L.G.M.**(1995). "A política da globalização". FSP, 10 de setembro de 1995.

**BELLUZZO, L.G.M.**(1995). "O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados". Economia e Sociedade, nº4, Instituto de Economia da Unicamp.

**BRAGA, J.C.S.** (1995). "Economia política da dinâmica capitalista". Texto para Discussão nº 51, Instituto de Economia da Unicamp, Campinas.

**BRAGA, J.C.S.** (1993). "A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais". Economia e Sociedade, nº2, Instituto de Economia da Unicamp, Campinas.

**CANO, W.** (1994). "Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional". Editora da Unicamp, 3.ed., Campinas, SP.

**CHANDLER, A. D.** (1990). "Scale and Scope. The dynamics of industrial capitalism". Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts.

**COUTINHO, L.** (1995). "O Brasil face à globalização". FSP, 06 de agosto de 1995.

**FIORI, J.L.** (1995). "A globalização e a novíssima dependência". Texto para Discussão nº 343, IEI/UFRJ, Setembro de 1995.

**GONÇALVES, R.** (1995). "Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira". Texto para Discussão nº338, IEI/UFRJ, Julho/95.

**HAYEK, F.A.** (1977). "O caminho da servidão". Trad. Leonel Vallandro. SP, Ed. Globo.

**IANNI, O.** (1995). "Teorias da globalização". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

**NAKANO, Y.** (1994). "Globalização, competitividade e novas regras de comércio mundial". Revista de Economia Política, vol.14, nº4, outubro-dezembro/94.

**SADER, E. e GENTILI, P.** (orgs.). "Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático". Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995.

**TAVARES, M.C.** "Mudar sim, mas para onde?". Mimeo. 8 pgs, s.data.

**TAVARES, M.C. e FIORI, J.L.** (1993). "(Des)Ajuste global e modernização conservadora". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

**TOURAINÉ, A.** (1996). "A longa crise da transição do liberalismo". FSP, 21 de janeiro/96.

**VEJA 25 ANOS** - "Reflexões para o futuro". Editora Abril, s.data.